

Movimentos

JEAN TIBLÉ

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i2p15-20

No princípio era o movimento

Elias Canetti conta, no segundo volume de sua autobiografia (Uma luz em meu ouvido), seu marcante e decisivo encontro, em Frankfurt, com uma mobilização de operários na década de 1920. Ele é então tomado por “um intenso desejo de participação”, mas não dá o passo. Décadas depois, sua “lembrança da primeira manifestação (...) permaneceu viva”; naquele instante, ele se transformou: “o que acontecia com a gente em meio à multidão, uma completa alteração da consciência, era tão drástico quanto misterioso. Eu queria saber de que se tratava, realmente” (1980, p. 80-81).

Esse choque com um conjunto de pessoas em movimento o fará pesquisar esse enigma nos 35 anos seguintes, cujo resultado será a publicação de *Massa e Poder* em 1960. Percorrendo obras sobre o tema, logo vai se sentir irritado com as leituras de Freud e Le Bon, pois “esses autores haviam se fechado às massas: estas lhes eram estranhas, ou eles pareciam temê-las. E quando resolveram investigá-las, seu gesto foi: fiquem a dez passos de distância de mim!” Essas eram, para eles, “uma espécie de doença, da qual se procurava e descrevia os sintomas”, sendo “decisivo que, quando confrontados com as massas, não perdessem a cabeça, não se deixassem seduzir por elas, não se perdessem por elas” (1980, p. 138-139).

O escritor, mais adiante, narra sua segunda intensa experiência (e primeira participação) no dia 15 de julho de 1927 em Viena. Após a Corte inocentar os assassinos de operários num protesto anterior e o jornal oficial falar em sentença justa, um indignado Canetti atravessa a cidade e se junta aos trabalhadores que, de todos os cantos acorrem, espontaneamente, em frente ao Palácio da Justiça. O queimam, junto com seus arquivos. A polícia recebe ordem e atira, matando noventa manifestantes. Lembra, após cinquenta e três anos, o autor, que “ainda hoje sinto nos ossos a excitação daquele dia. Foi o mais próximo de uma revolução que experimentei pessoalmente. Desde então sei perfeitamente, sem precisar ter lido uma linha a respeito, como ocorreu o assalto à Bastilha”. Ao mergulhar no acontecimento, “tornei-me parte da massa, dissolvi-me completamente nela, sem sentir a mais leve resistência àquilo que empreendia” (1980, p. 224).

E se, ao contrário das usuais (e conservadoras) perspectivas sobre a política, centradas no Estado e nos poderosos, considerarmos o primado da luta e seus movimentos? As cenas que Canetti vive e compartilha, décadas depois, ilustram a ascensão de um ator político (o proletariado) e a violentíssima reação que lhe fez frente. O autor insiste, também, nos elos entre a obra de Le Bon (*A psicologia das Massas*) e a irrupção das associações operárias e da Comuna de Paris. A repressão desse potente movimento vai, no decorrer do século passado, tomar formas extremamente trágicas, com a virada fascista das classes dominantes e de parte da população numa contrarrevolução para derrotar o espectro revolucionário.

Deleuze, ao trabalhar sobre a filosofia de Espinosa, defende que o erro mais grave da teologia foi de ter vinculado “princípios de obediência” à “modelo de conhecimento” (1981, p. 144). Uma política reversa, a partir das desobediências que desestabilizam – a rebelião cria. Esse texto se insere numa etnografia em curso, de pensar com as revoltas contemporâneas e numa linhagem que chamamos, coletivamente, de pesquisa-luta (MORAES et al, 2018). Podemos reivindicar uma tradição marginal de pesquisa, desde a investigação operária de Karl Marx, passando pela *conricerca* (co-pesquisa) do operismo italiano dos anos 1950/1960/1970, pela elaboração inglesa da história vista por baixo ou nas práticas de inúmeros movimentos (políticos, sociais e culturais). Trata-se de um conhecimento encarnado e povoado. Como colocado por Donna Haraway, “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” (p. 21), clamando por políticas e epistemologias localizadas, posicionadas e situadas, que dizem respeito a coletividades e não a indivíduos isolados.

É a partir dessas lentes que se propõe compreender as últimas décadas no Brasil e na América do Sul. Suas transformações foram precedidas (e iniciadas) por irrupções: uma das primeiras revoltas populares contra o neoliberalismo e sua austeridade (o Caracazo, em 1989), as guerras da água e do gás na Bolívia no início dos anos 2000, as sucessivas sublevações indígenas no Equador, o *que se vayan todos* argentino de 2001 ou os novos personagens que entraram em cena no Brasil no fim dos anos 1970 e início dos 1980 (que arrancaram na Constituinte do fim da década o reconhecimento das terras indígenas e quilombolas e o sistema universal de saúde).

As conquistas dos chamados governos progressistas (o combate às desigualdades sociais e étnico-raciais, a emergência de novos sujeitos e a tentativa de formação de um bloco regional) só foram possíveis por conta dessas lutas. A América do Sul foi, nesse período, um dos laboratórios políticos mais interessantes do planeta e seu declínio se relaciona diretamente ao fato de não conseguir aprofundar essas mudanças. Talvez um símbolo coletivo desses limites se situe na conexão Belo Monte-Tipnis-Yasuní: nessas três decisões políticas cruciais, os governos desistiram de criar vias alternativas para afirmar o caminho habitual, um pouco mais à esquerda. A construção da hidrelétrica no Brasil, a abertura da estrada num parque na Bolívia e o início da exploração de petróleo numa reserva no Equador

convergem em rumos monoculturais, levando a uma perda decisiva para as possibilidades de transformação das vidas.

de 2013 a 2019

Como compreender junho de 2013 nesse contexto? Uma disrupção inédita que nos conectou com os vizinhos: em todos os países da América do Sul, a política tinha as ruas como lugar decisivo; no Brasil, não tanto. Junho vai pautar isso e se liga às revoltas globais em curso na última década desde a Tunísia no fim de 2010 e que se espalhou por toda parte. A faísca no Brasil tem história e memória, com as lutas pelo transporte e os tradicionais quebra-quebra (e os vários exemplos anteriores de Salvador, Vitória, Florianópolis e nos primeiros meses em Porto Alegre e Goiânia). Além disso, lutas aparentemente esparsas como o Fora Micarla em Natal, em 2012, as greves selvagens de Jirau e Santo Antônio, a ampla solidariedade com os Guarani Kaiowá nas redes sociais e a ocupação indígena do Congresso logo antes formavam um caldo mais subterrâneo — um tanto invisível para as perspectivas convencionais.

Um traço forte é que o medo, em geral é sentido pelas pessoas comuns (por conta de sua vulnerabilidade permanente), se desloca nesse acontecimento, pois todos os poderes constituídos passam a vivê-lo. Os donos da Globo e da mídia, dos bancos e das finanças, políticos graúdos, juízes e militares, industriais e agronegócio, ou seja, todos os poderosos sentiram medo, e isso revela, de certa forma, uma verdade da democracia, a de que o poder é da população e essa o cede ao Estado, o que seria o contrato social. Nesses momentos de disrupção — que são muito preciosos e cujos efeitos são duradouros —, mostra-se de quem é o real poder que não é exercido e, naquele momento, passa a sê-lo — disso vem a grande força dessas irrupções.

As comportas se abriram, ou melhor, foram abertas. O número de greves estourou segundo o Dieese: de 877 em 2012 para 2050 em 2013 (o maior número desde o início da contagem nos anos 1980), tocando setores geralmente menos propensos às greves: indústria da alimentação, segurança, limpeza urbana... Assim como os aumentos nos transportes foram revogados em mais de cem cidades, era possível reivindicar e ganhar em outros setores e pautas. Não podemos esquecer dos "loucos dias" de junho, quando tudo parecia fugir — e fugia — de qualquer controle: tomada do Congresso em Brasília, da ALERJ no Rio, o apoio aos protestos com vandalismo por parte dos espectadores do programa do Datena...

Junho, além disso, coloca a máquina de morte brasileira em questão. O sumiço de Amarildo, pedreiro morador da Rocinha, vira uma questão nacional. As lutas indígenas irrompem com força como vimos nos sinais precursores e nas críticas à Belo Monte. A costumeira repressão passa a ser questionada, um caveirão é espetado nas ruas cariocas, gritos pelo fim da Polícia Militar ecoam em toda parte. Nesse contexto, o assassinato de Marielle Franco, nos marcos da intervenção militar no Rio no dia 14 de março de 2018, pode

ser lido como uma tentativa de encerrar aquilo que tinha se aberto, ao tirar a vida de um símbolo das novas subjetividades emergentes.

Cinco anos depois desses protestos, um candidato que celebra essa máquina de morte é eleito, num processo cheio de ilegalidades (golpe, prisão de Lula) e se colocando demagogicamente como alheio a um sistema político em convulsão. Junho, em seu questionamento dos representantes, abriu um novo ciclo político e os atores de esquerda (mais afins às plurais mensagens das ruas) não puderam/souberam aproveitar as novas brechas: a estratégia aberta pela disrupção não encontrou a virtude tática das organizações. Setores conservadores e de extrema-direita lograram se posicionar bem para seus objetivos e junho passa a ser – curiosamente, tanto para a direita extrema quanto para parte da esquerda, ainda que com sinais invertidos – o marco inicial de uma onda conservadora.

Outra forma de apreender esse resultado é também que ao não tratar de formar mais contundente nossas chagas coloniais (genocídio dos jovens negros e etnocídio dos povos indígenas), essas pendências de justiça que perpassam todas as gerações desde o início do que chamamos Brasil, isso se voltou contra o processo político-criativo que estava em curso. Nunca acertamos as contas com esses crimes e as regiões mais violentas de um país extremamente violento passam a ter uma importância ainda mais crucial e apontam para uma nacionalização de suas trágicas situações: a Baixada fluminense e o Oeste do Rio com suas milícias, o Mato Grosso do Sul (MS) e o massacre nunca interrompido e o Pará e a Amazônia em chamas. Não por acaso, o MS, estado de menos de três milhões de habitantes, tem dois ministros e ambos ligados a posições anti-indígenas, compondo uma sinistra mescla com a influência miliciana e latifundiária escancaradas.

Como qualificar um Estado cujos agentes disparam continuamente contra *seus civis*? Uma hipótese para compreender o momento do país é pensá-lo como parte de uma guerra colonial: forças policiais e armadas ocupando territórios e oprimindo suas populações, que nos aproximam de situações que vivem Iraque, Síria, Líbia ou Palestina em suas guerras de ocupação. Não é novo, já que o Brasil se assenta nisso, com seu continuum de massacres contra os pobres, pretas, indígenas e outras, agora esses personagens de uma guerra ininterrompida contra os corpos dissidentes chegaram (ou melhor, retornaram) ao governo federal. Como disse Oswald de Andrade (1944), ao contrário dos EUA, aqui foi o Sul escravocrata que ganhou a guerra civil (não declarada). Uma “agenda da morte” é o elo (explícito) entre as distintas ações e iniciativas do governo numa lista quase sem fim: corte das políticas de solidariedade, liberalização total de agrotóxicos, desmonte das políticas ambientais e estouro do desmatamento, oposição à demarcação de terras indígenas, destruição das históricas e premiadas políticas de DST-AIDS, ampliação da posse e porte de armas, intenções punitivistas num país que já embarcou no encarceramento em massa, política externa de intervenção nos vizinhos.

O atual governo mostra uma verdade do poder: “não há poder sem repressão – a repressão é de fato a alma do poder. As formas que ele adota revelam sua mais profunda

intimidade, uma intimidade que, precisamente por ser capaz de escancarar o poder, torná-lo óbvio, se mantém secreta, oculta, negada” (CALVEIRO, 2008). O poder como caça aos seus súditos/cidadãos (dos escravos em fuga, povos indígenas em rebelião, lutas operárias e camponesas, rebeliões feministas) como um fio histórico para compreender a “longa história da violência dos dominantes” (CHAMAYOU, 2010). Liga-se, igualmente, à paranoia, “doença do poder”: retomando Canetti ao dizer que “ser o derradeiro ser vivo constitui a mais profunda tendência de todo detentor de poder ‘ideal’. Este manda os outros para a morte a fim de ser ele próprio poupado dela: ele desvia a morte de si” (CANETTI, 1960, p. 448; 443).

Todo um tecido de vidas, de formas de existir e habitar as vias, vielas, aldeias, caminhos se formou nos últimos anos. Territórios libertos, às vezes mais fugazes, outros mais duradouros – sempre importantes. Marchas, grupos, associações, festas, hortas, ocupações, ações e criações mil constituem a irrupção singular de novas subjetividades preta, LGBTQ+, trabalhadora, periférica, feminista, indígena, múltiplas que desperta medo (todos os levantes brasileiros foram seguidos de uma brutal repressão – a revolta do malês de 1835 como um dos inúmeros exemplos). O atual processo pode ser lido como uma peculiar contrarrevolução, desencadeada pelo temor da exuberância vital dos corpos livres, insubmissos, descolonizados, não domesticados. Daí as reações identitárias (branca, masculina, heteronormativa) que pululam e os ataques constantes às principais esferas de atuação (cultura e educação) dessas emergências. Daí o discurso de ódio contra professores, ativistas, jornalistas, ambientalistas, feministas, pessoas e coletivos fora das normas...

Deleuze, novamente, ao trabalhar Espinosa, celebra sua filosofia da vida, que se distancia de tudo o que nos separa dessa e o que a envenena com as categorias de Bem e Mal e sobretudo o ódio, “incluindo o ódio voltado contra si mesmo, a culpa” (1981, p. 39). É curioso notar que Bolsonaro, vindo do Vale do Ribeira, território mais pobre de São Paulo, onde a Mata Atlântica foi menos desmatada e com forte presença quilombola, indígena e camponesa. Um ódio de si mesmo? Isso se conjuga aos setores (crianças, adolescentes, mulheres) que o governo diz querer proteger sempre na chave de vitimizá-los. Para Espinosa-Deleuze, “a tristeza serve à tirania e a opressão” (1981, p. 76) e gera impotência – ao contrário da alegria, que ativa. Nossos vizinhos sul-americanos, povos em movimento, de bem diversas maneiras (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador) inspiram. Talvez só seja possível pensar-praticar a democracia (com os dispositivos situados da inteligência coletiva dos corpos-territórios – GAGO, 2019) a partir da insurreição, tanto as abruptas quanto as cotidianas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Oswald de. “Aqui foi o Sul que venceu” (1944). *Ponta de lança*. São Paulo, Globo, 1991.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013 [1960].

- _____. *Uma luz em meu ouvido: história de uma vida 1921-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1980].
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- CHAMAYOU, Grégoire. *Les chasses à l'homme*. Paris, La fabrique, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Spinoza Philosophie Pratique*. Paris, Éditions de Minuit, 1981.
- GAGO, Verónica. *La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires, Tinta Limón, 2019.
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.
- MORAES, Alana et. al. “A periferia contra o estado? Para escapar das ciências tristes! Criemos outras possibilidades”. Blog Urucum, abril de 2017.

autor**Jean Tible**

É professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

Recebido em 22/11/2019

Aceito para publicação em 20/12/2019